



MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO - EXERCÍCIO 2021

CONTAS DE GOVERNO

PREFEITO PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO

PASSO FUNDO - RS

2021

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo a Execução Orçamentária; Análises das Receita e Despesas; Balanços Financeiro e Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e, Demonstração da Dívida Pública, bem como considerações pessoais, da Administração Direta do Município de PASSO FUNDO, relativo ao exercício de 2021, que visa à transparência da situação financeira municipal, na forma da Resolução TCE, número 962/2012 desse Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - ORÇAMENTO

A Lei de Meios do Poder Executivo Municipal, para o exercício de 2021, número 5.589 de 17 de dezembro de 2021, estimou a Receita em R\$ 588.900.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e novecentos mil reais) e fixou a despesa em R\$ 483.539.016,00 (quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e trinta e nove mil e dezesseis reais). Entretanto, houve a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, vindo a alterar estas cifras, conforme demonstra o quadro a seguir:

DESPESAS FIXADA		R\$ 483.539.016,00
Créditos Suplementares	R\$ 167.848.407,00	
(-) Reduções	R\$ 66.227.628,00	
Créditos Especiais	R\$ 2.320.000,00	
(-) Reduções	R\$ 2.320.000,00	
Créditos Extraordinários	R\$ 5.931.810,00	
(-) Reduções	R\$ 91.600,00	

SUB - TOTAL DE SUPLEMENTARES	R\$ 107.460.989,00
DESPESA AUTORIZADA	R\$ 591.000.005,00

1.2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Os créditos adicionais foram efetivados, de acordo com o Artigo 43 da Lei 4.320/64, tendo sido utilizados os seguintes recursos:

Anulações de Dotações	R\$ 68.639.228,00	
Superávit Financeiro	R\$ 68.066.502,00	
Excesso de Arrecadação	R\$ 35.297.824,00	
Auxílios e Convênios	R\$ 4.096.663,00	R\$ 176.100.217,00

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 668.620.113,59 (seiscentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte mil, cento e treze reais e cinquenta e nove centavos) e seu comportamento no exercício, se traduz no quadro a seguir:

Títulos	Previsão	Arrecadação	Diferença
RECEITAS CORRENTES			
Impostos, Taxas, Jrs. e C.M.	R\$ 205.695.600,00	R\$ 227.547.942,52	R\$ 21.852.342,52
Contribuições	R\$ 14.528.000,00	R\$ 12.012.389,49	R\$ (-) 2.515.610,51
Receita Patrimonial	R\$ 2.210.000,00	R\$ 7.334.239,93	R\$ 5.124.239,93
Receita de Serviços	R\$ 278.000,00	R\$ 51.130,44	R\$ (-) 226.869,56
Transferências Correntes	R\$ 400.898.025,00	R\$ 466.693.486,32	R\$ 65.795.461,32
Outras Receitas Correntes	R\$ 7.901.375,00	R\$ 1.345.335,11	R\$ (-) 6.556.039,89
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	R\$ 10.000.000,00	R\$ 1.904.432,21	R\$ (-) 8.095.567,79
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00	R\$ 703.466,80	R\$ 603.466,80
Transferências de Capital	R\$ 0,00	R\$ 10.396.888,96	R\$ 10.396.888,96
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 133.078,12	R\$ 133.078,12
(-) Deduções da Receita	R\$ 52.711.000,00	R\$ 59.502.276,31	R\$ (-) 6.791.276,31
TOTAL RECEITA	R\$ 588.900.000,00	R\$ 668.620.113,59	R\$ 79.720.113,59

As Transferências Correntes e de Capital, da União e do Estado, (descontadas as deduções para composição do FUNDEB) de R\$ 418.191.696,47, e, as Receitas Próprias (descontadas as deduções da Receita Tributária) de R\$ 250.428.417,12, correspondem a 62,55% e 37,45%, respectivamente, do montante arrecadado, estando inclusas nestas últimas, as Operações de Crédito e Alienação de Bens, representando 0,39%.

O comportamento da receita realizada nos dois últimos exercícios, considerando as receitas próprias e as transferências, teve a seguinte evolução:

Anos	Transferências	Próprias	Totais	Crescim.
2020	R\$ 364.890.396,79	R\$ 198.605.751,62	R\$ 563.496.148,41	
2021	R\$ 418.191.696,47	R\$ 250.428.417,12	R\$ 668.620.113,58	18,66%

O crescimento da Receita de 2021 em relação a 2020, foi de 18,66%.

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

Títulos	Autorizada	Realizada	Diferença
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 289.904.271,00	R\$ 269.901.669,20	R\$ 20.002.601,80
Juros/Encargos Div. Interna	R\$ 6.700.000,00	R\$ 5.692.668,70	R\$ 1.007.331,30
Outras Despesas Correntes	R\$ 196.822.538,00	R\$ 153.026.546,08	R\$ 43.795.991,92
Ações p/enfrentam. Covid19	R\$ 14.750.666,00	R\$ 9.863.949,49	R\$ 4.886.716,51
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	R\$ 68.564.786,00	R\$ 36.581.393,13	R\$ 31.983.392,87
Inversões Financeiras	R\$ 29.540,00	R\$ 0,00	R\$ 29.540,00
Amortização Dívida Interna	R\$ 11.727.868,00	R\$ 8.900.113,48	R\$ 2.827.754,52
Reserva de Contingência	R\$ 2.500.336,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500.336,00
TOTAL DESPESA	R\$ 591.000.005,00	R\$ 483.966.340,08	R\$ 107.033.664,92

INTERFERÊNCIAS PASSIVAS

Transferências Financeiras ao Legislativo e Autarquias	R\$ 87.620.365,92
---	--------------------------

O comportamento da despesa realizada nos dois últimos exercícios, considerando-se as Despesas Correntes e as de Capital, apresentou a seguinte evolução:

Anos	Correntes	Capital	Totais	Crescim.
2020	R\$ 400.120.173,16	R\$ 43.125.738,86	R\$ 443.245.912,02	
2021	R\$ 438.484.833,47	R\$ 45.481.506,61	R\$ 483.966.340,08	9,19%

A Despesa em 2021, sofreu uma acréscimo de 9,19% em relação a 2020.

Como podemos constatar pela evolução da Receita e Despesa, tivemos um crescimento de 18,66% na Receita total. Já na Despesa houve um aumento de 9,19%.

1.5 – CONFRONTO DA DESPESA E DA RECEITA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA REALIZADA		R\$ 483.966.340,08
Créditos Ordinários	R\$ 585.068.195,00	
Créditos Especiais	R\$ 5.931.810,00	
DESPESA AUTORIZADA		R\$ 591.000.005,00
Despesa a Menor	R\$ 107.033.664,92	
RECEITA PREVISTA		R\$ 588.900.000,00
(-) Receita Arrecadada		R\$ 668.620.113,59
Receita a Maior	R\$ 79.720.113,59	

2 - GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, representa a peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, de um período, uma vez que conjuga as operações de Receitas e Despesas orçamentárias, além daquelas, que por sua natureza, não dependem da autorização da Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

As operações financeiras se processaram conforme demonstrado a seguir:

SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		R\$ 114.351.868,10
RECEITA REALIZADA:		
ORÇAMENTÁRIA		R\$ 668.620.113,59
EXTRA ORÇAMENTÁRIA		
Recebimento de Créditos	R\$ 45.929.149,22	
Formação de Dívidas	R\$ 58.191.193,93	R\$ 104.120.343,15
TOTAIS		R\$ 887.092.324,84

DESPESA REALIZADA:		
ORÇAMENTÁRIA		
Empenhada e Paga	R\$ 483.966.340,08	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	R\$ 87.620.365,92	R\$ 571.586.706,00

EXTRA ORÇAMENTÁRIA		
Formação de Créditos	R\$ 19.731.224,02	
Pagamento de Dívidas	R\$ 57.832.947,47	R\$ 77.564.171,49
TOTAIS		R\$ 649.150.877,49

SALDO EM 31/12/2021 **R\$ 237.941.447,35**

(Inclusos Depósitos Restituíveis/Valores Vinculados)

O saldo acima confere com o constante do **ATIVO DISPONÍVEL** do Balanço Patrimonial.

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

ATIVO CIRCULANTE

Disponível	R\$ 237.804.553,35	
Realizável	R\$ 47.289.763,24	R\$ 285.094.316,59

PASSIVO CIRCULANTE

Restos a Pagar de 2021	R\$ 8.484.625,67	
Obrigações de Curto Prazo	R\$ 65.219.504,96	R\$ 73.704.130,63

SUPERÁVIT FINANCEIRO **R\$ 211.390.185,96**

Por seu turno, a representação do Patrimônio, resume-se em:

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo	R\$ 101.350.818,15	
Bens Móveis e Imóveis	R\$ 279.073.286,53	
Bens Intangíveis	R\$ 459.665,28	
Valores em Ações	R\$ 179.958,17	R\$ 381.063.728,13

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Dívida Fundada Interna–Contratos/Parcelamentos		R\$ 193.254.732,46
--	--	---------------------------

ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO **R\$ 187.808.995,67**

Os valores resultantes do Superávit Financeiro, acrescidos ao Ativo Permanente Líquido, conduzem ao **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUNICIPAL de R\$ 399.199.181,63.**

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Municipal, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES DE ORIGEM ORÇAMENTÁRIA

Receita arrecadada		R\$ 668.620.113,59
Despesa efetivamente liquidada	R\$ 435.101.133,65	
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 87.620.365,92	R\$ 522.721.499,57
SUPERÁVIT DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		R\$ 145.898.614,02

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	R\$ 8.649.625,93
Variações Passivas	R\$ 33.253.584,41

DÉFICIT INDEPENDENTE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 24.603.958,48
SUPERÁVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	R\$ 121.294.655,54

2.4 – DÍVIDA PÚBLICA

a) DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, previamente autorizada em Leis e nos termos dispostos na Lei 4.320/64, que congrega os compromissos de exigibilidade superiores a 12 meses, contratada para suprir desequilíbrios orçamentários e financeiros, de obras e/ou serviços públicos, considerando principal e juros, apresentou a seguinte evolução.

SALDO INICIAL	EMISSÃO	RESGATE	SALDO FINAL
R\$ 113.175.257,89	R\$ 118.473.409,36	R\$ 121.059.527,98	R\$ 109.689.139,27

b) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreendendo as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu o montante de **R\$ 11.564.153,41**.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Relatório, procuramos considerar e ressaltar os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial gerados em função das movimentações realizadas no exercício de 2021, primeiro ano do mandato desta administração.

Neste primeiro ano de nosso mandato, fruto de reuniões com nosso secretariado, assim como nossos servidores, em função da pandemia da COVID19, que entrava em seu segundo ano, determinamos a contenção máxima possível de gastos, principalmente em despesas de custeio, e, desta forma, tivemos uma evolução destas, em apenas 9,19%, em relação ao ano anterior, tudo isso cremos, em face da alta de preços dos produtos que se verificou, e se verifica no Brasil e no Mundo. Julgamos uma evolução aceitável.

Mesmo em plena pandemia, sempre procurando respeitar os protocolos de segurança próprias, bem como da população, intensificamos a atuação de nossos servidores públicos, responsáveis pela tributação, procurando o melhor incremento possível, na arrecadação de receitas próprias, como IPTU, ITBI, ISS, Taxas, e, especialmente em Dívida Ativa.

Empregando o melhor esforço possível, com muita criatividade e economia, logramos atingir nossos objetivos, embora as dificuldades encontradas, pois com uma arrecadação de R\$ 668.620.113,59, 13,54% acima do previsto, também com crescimento de 18,66%, em comparação com o exercício anterior, mantivemos nossas despesas em R\$ 483.966.340,08, sendo que 2,04%, ou R\$ 9.863.949,49 representaram os dispêndios, exclusivamente, nas Ações de Enfrentamento à Pandemia da COVID19.

Cabe ressaltar, que a receita própria, comparada ao ano anterior, teve um acréscimo de 26,09%, fruto das ações voltadas à orientação e conscientização de nossos municípios.

Também com relação a saúde, nesse ano de 2021, além das Ações de Enfrentamento à COVID, acima citadas, esta administração municipal manteve um olhar especialíssimo, visto termos aplicado, de recursos de impostos e transferências, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, o considerável valor de R\$ 97.008.691,51 representando o percentual de 18,55%, o que atestou nossa preocupação, primeiramente no combate à Pandemia, mas também, com o bem estar, saudável, físico e social, de nossa população.

Além do valor da despesas acima, efetuamos transferências de R\$ 16.440.170,79, visando a manutenção do Poder Legislativo Municipal; R\$ 61.001.609,76 ao IPPASSO – Instituto de Previdência Social do Servidores Municipais de Passo Fundo, para pagamento de Inativos e Pensionistas de responsabilidade Municipal; e, R\$ 10.178.585,37 para manutenção e funcionamento do Hospital Beneficente Dr. Cesar Santos, Autarquia Municipal; totalizando R\$ 87.620.365,92 (oitenta e sete milhões, seiscentos e vinte mil, trezentos e sessenta e cinco reais e

noventa e dois centavos).

Demonstramos a continuidade do esforço da Gestão em controlar os gastos públicos, num patamar estável, porém, não só mantendo, como aumentando os investimentos, principalmente em Saúde, assim como, em Educação e Assistência Social, conforme preconiza a Constituição Federal.

Importa também salientar que, demos sequência a atualização da planta de valores das economias municipais, geradoras do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), medida tomada na gestão anterior que, além de gerar mais recursos públicos, está sendo um balizador de justiça tributária, tendo em vista que, tal iniciativa, reduziu e até zerou o imposto de certas economias (população mais carente e necessitada), por outro lado, cobrando valores justos dos mais abastados.

Pelo exposto, podemos dizer que passamos por uma experiência muito significativa, e, que será utilizada, e melhorada, nos anos seguintes, porém ainda enfrentando uma das maiores crises financeiras por que passa o mundo, nosso Brasil, seus Estados, mas, especialmente os Municípios, nos quais a população reside, conhece o prefeito, e a ele, diretamente efetua suas reivindicações, além da pandemia, causada pelo letal vírus COVID19, consideramos ter realizado uma administração muito transparente, enfrentando as dificuldades inerentes a uma realidade, não de perdas na arrecadação, mas sim de recrudescimento das despesas, além de cumprir os princípios de publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e economicidade, no trato dos recursos públicos, para que a administração, realmente esteja transformando PASSO FUNDO em uma cidade melhor, e, conseqüentemente seus cidadãos, tendo uma vida melhor, com qualidade e excelência.

Desejamos nos colocar ao inteiro dispor desse Egrégio Tribunal de Contas, para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2021

PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO

Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Apresentamos o Relatório da Secretaria Municipal da Saúde, cuja secretária no período, foi a Doutora Cristine Pilati Pileggi Castro, no tocante às Receitas e Despesas Municipais vinculadas à Emenda Constitucional nº. 29 de 13 de setembro de 2000, que trata dos Recursos Mínimos para o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

A emenda acima citada, fixou a partir de 2004, a aplicação pelos municípios, de no mínimo 15% das receitas provenientes de Impostos Municipais e Transferências Constitucionais e Legais, da União e do Estado em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

A arrecadação do Município de Passo Fundo, no exercício de 2021, se comportou da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

RECEITAS VINCULADAS	ARRECADADAS		15%
I.P.T.U.	R\$	81.749.849,71	R\$ 12.262.477,46
I.R.R.F.	R\$	32.195.938,76	R\$ 4.829.390,81
I.T.B.I.	R\$	31.931.914,48	R\$ 4.789.787,17
I.S.S.	R\$	75.198.743,48	R\$ 11.279.811,52
F.P.M.	R\$	95.360.044,24	R\$ 14.304.006,64
I.T.R.	R\$	1.707.801,93	R\$ 256.170,29
I.C.M.S.	R\$	158.659.421,67	R\$ 23.798.913,25
I.P.V.A	R\$	44.332.098,41	R\$ 6.649.814,76
I.P.I. Exportação	R\$	1.712.557,07	R\$ 256.883,56
TOTAL GERAL	R\$	522.848.369,75	R\$ 78.427.255,46

ANÁLISE DA RECEITA

Por seu turno, as transferências voluntárias recebidas, pelo Poder Executivo Municipal, para serem aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde, através dos convênios com a União e o Estado, e, emendas parlamentares, foram as seguintes:

FINALIDADE	VALOR
Recursos do SUS – Atenção Básica	R\$ 9.141.731,58
Recursos do SUS – Atenção Básica COVID 19	R\$ 1.484.581,45
Recursos do SUS – Atenção Média e Alta Complexidade Amb/Hospitalar	R\$ 3.083.148,39
Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	R\$ 1.100.619,12
Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	R\$ 1.199.322,48
Recursos do SUS – Gestão do SUS	R\$ 30.000,00
Recursos do SUS – Outros Programas Fundo a Fundo	R\$ 180.000,00
Incentivo Estadual ao Programa Salvar – SAMU	R\$ 286.498,52
Programa Farmácia Básica	R\$ 1.597.200,88
Fundo PIES Tele-Espirometria	R\$ 76.906,94
Incentivo à Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena	R\$ 63.000,00
Centros de Especialidades Odontológicas – CEO	R\$ 47.710,00
Incentivo Equipes de Atenção Primária (ESF, EAP, ESB)	R\$ 1.881.880,97
Primeira Infância Melhor - PIM	R\$ 118.500,00
Incentivo à Atenção Básica – PIES	R\$ 2.927.542,21
Programa Nota Fiscal Gaúcha	R\$ 67.885,20
Fundo PSF Combate ao Racismo	R\$ 12.500,00
Premio Te Vacina RS – COVID	R\$ 150.000,00
Custeio dos Centros de Atenção Psicossocial	R\$ 660.000,00
Pronto Atendimento Municipais 24 hs p/Paciente Síndrome Respiratória	R\$ 90.909,09
Programa Farmácia Cuidar Mais	R\$ 100.000,00
PIAPS Rede Bem cuidar RS	R\$ 169.502,01
Incentivo p/Controle Tuberculose na Atenção Básica	R\$ 23.850,00
Programa Avançar – Execução Obra HBCS	R\$ 9.000.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 33.493.288,84

Pelo exposto acima, entre recursos provenientes de Impostos Municipais, Transferências da União e do Estado, constitucionais e voluntárias, para serem aplicados em Ações e Serviços

Públicos de saúde, chegamos aos seguintes valores:

Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais	R\$ 78.427.255,46
Proveniente de Convênios com a União e o Estado	R\$ 33.493.288,84
Remuneração Sobre Aplicações Financeiras Recursos de Saúde	R\$ (36.989,58)
TOTAL DA RECEITA DESTINADA À SAÚDE EM 2021	R\$ 111.883.554,72

ANÁLISE DA DESPESA

No quadro a seguir, demonstramos as despesas realizadas (liquidadas), pela Secretaria Municipal da Saúde e pelo Hospital Municipal Beneficente Dr. Cesar Santos, com recursos provenientes exclusivamente dos Impostos Municipais e Transferências Constitucionais e Legais, e, Voluntárias da União e do Estado, bem como dos recursos provenientes de Aplicações Financeiras:

GABINETE/DIVISÕES	A. S. P. S.	CONVÊNIOS	TOTAL
Administração Direta	R\$ 86.377.603,97	R\$ 21.993.992,63	R\$ 108.371.596,60
Hospital Municipal	R\$ 10.631.087,54	R\$ 5.703.826,88	R\$ 16.334.914,42
TOTAL LIQUIDADO	R\$ 97.008.691,51	R\$ 27.697.819,51	R\$ 124.706.511,02

Pelos demonstrativos acima, podemos constatar a aplicação de 18,55% sobre as Receitas Municipais e as Transferências Constitucionais da União e do Estado, pois como demonstrado no quadro de Receitas, a aplicação mínima teria que ter sido de R\$ 78.427.255,46 e foi aplicado entre a administração direta e o Hospital Municipal Cesar Santos R\$ 97.008.691,51, ou seja R\$ 18.581.436,05 acima do mínimo de 15% estipulado pela Emenda Constitucional nº. 29, demonstrando assim, não apenas nossa preocupação com a pandemia da COVID19, mas, nossas ações efetivas no combate à mesma, restando, ao nosso ver, plenamente atendido o disposto na referida Emenda.

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2021.

PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentamos o relatório físico-financeiro da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, cujo titular foi o senhor Adriano Canabarro Teixeira, sobre os projetos e as atividades realizadas, relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Educação Infantil, com a elucidação dos projetos e atividades previstos e aqueles efetivamente executados, no exercício de 2021.

1. EXECUÇÃO DA RECEITA

1.2 – Receita Orçamentária (Constitucional e Legal)

Durante o exercício, o comportamento da receita proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências Constitucionais e Legais, e, Dívida Ativa proveniente de Impostos, foi o seguinte:

RECEITAS VINCULADAS	ARRECADADAS		25%
I.P.T.U.	R\$	72.928.049,87	R\$ 18.232.012,47
I.R.R.F.	R\$	32.195.938,76	R\$ 8.048.984,69
I.T.B.I.	R\$	31.931.914,48	R\$ 7.982.978,62
I.S.S.	R\$	75.198.743,48	R\$ 18.799.685,87
F.P.M.	R\$	95.360.044,24	R\$ 23.840.011,06
I.T.R.	R\$	1.707.801,93	R\$ 426.950,48
I.C.M.S.	R\$	158.659.421,67	R\$ 39.664.855,42
I.P.V.A	R\$	35.508.587,94	R\$ 8.877.146,98
I.P.I. Exportação	R\$	1.712.557,07	R\$ 428.139,27
TOTAL GERAL	R\$	505.203.059,44	R\$ 126.300.764,86

1.3 - Receita Orçamentária (Transferências Voluntárias)

Cabe ressaltar a arrecadação realizada pelo Município, através das Transferências Voluntárias, dos governos Federal e Estadual, como Convênios, Auxílios e Emendas Parlamentares, etc., conforme segue:

FINALIDADE	VALOR
FNDE – Salário Educação	R\$ 7.025.204,50
FNDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	R\$ 606.276,90
FNDE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R\$ 1.879.235,60
FNDE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	R\$ 68.357,85
FNDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Investimentos	R\$ 535.272,96
Construção EMEI Criança Feliz	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$ 10.314.347,81

Com base no acima exposto, concluímos que o total efetivo de recursos auferidos, colocados à disposição das atividades referentes à educação foi de:

Proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa	R\$ 126.300.764,86
Proveniente de Convênios, Auxílios e Emendas	R\$ 10.314.347,81
Remuneração Sobre Aplicações Financeiras de Recursos da Educação	R\$ (605.508,68)
TOTAL DA RECEITA DESTINADA À EDUCAÇÃO	R\$ 136.009.603,99

2. EXECUÇÃO DA DESPESA

2.1 – Previsão

A execução das diversas atividades e projetos com a Educação, serão a seguir relacionados e discriminados como computáveis, para o cálculo dos 25%, (Despesa Liquidada).

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

DESPESAS P/FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES		M. D. E.		FUNDEB
Administração Geral	R\$	2.903.457,94	R\$	2.640.482,96
Previdência Básica – INSS	R\$	137.285,55	R\$	467.443,05
Previdência Regime Próprio – RPPS	R\$	1.750.918,37	R\$	9.853.272,00
Proteção e Benefício do Trabalhador	R\$	912.529,47	R\$	11.154.044,39
Manutenção do Ensino Fundamental	R\$	23.226.445,67	R\$	66.847.901,45
Manutenção Ensino Profissionalizante	R\$	651.749,81	R\$	0,00
Manutenção da Educação Infantil	R\$	10.321.334,23	R\$	14.551.145,55
Manutenção da Educação Jovens e Adultos	R\$	198.425,71	R\$	0,00
Manutenção do Ensino Especial	R\$	338.306,86	R\$	0,00
Aporte Financeiro ao IPPASSO	R\$	39.961.201,53	R\$	0,00
(-) Desp. Liq. c/Recursos FUNDEB	R\$	0,00	R\$	-55.285.637,08
(-) Desp. Liq. c/Rend MDE/FUNDEB	R\$	-14.231,71	R\$	-591.276,97
TOTAL	R\$	80.387.423,43	R\$	49.637.375,35

Fonte: PAD/TCE

A receita obtida através da arrecadação de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, que formam a base para a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Infantil, no ano de 2021, atingiu a importância de R\$ 505.203.059,44.

Através dos dados extraídos dos demonstrativos contábeis municipais, nos valores computáveis, chegamos ao montante de R\$ 130.024.798,78, o que representa 25,74% de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2021.

PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO

Prefeito Municipal